

Educação reproduz injustiça

MARCIA GOMES

— O ensino brasileiro é bom?

— Acho que há muita coisa boa no sistema educacional e há muita coisa ruim. Nós temos na área do ensino superior um segmento de universidades públicas de boa qualidade. Nós fomos capazes de criar, nos últimos 25 anos, o melhor sistema de pós-graduação de todos os países em desenvolvimento. Mas também temos faculdades de baixa qualidade. Temos também problemas muito sérios no ensino de primeiro e segundo graus, nas escolas públicas e privadas. Como a escola pública é maioria, aparecem mais seus defeitos. Se nós falarmos do conjunto do sistema, eu diria que o grande problema está na qualidade do ensino do primeiro grau. O número de alunos que concluem o primeiro grau é apenas a metade dos que ingressam, e os níveis de evasão escolar e repetência são muito elevados.

— Por que isto acontece?

— É consequência de um acúmulo de problemas ao longo dos anos. Também é bom ressaltar que na área do ensino fundamental não temos só notícias ruins nos últimos 30 anos. Tivemos a expansão do sistema junto com o processo de reurbanização. Em 1960 tínhamos uma boa escola pública, mas apenas 60% das crianças de 7 a 14 anos estavam na escola. Hoje temos 95% dessas crianças na escola. Perdeu-se qualidade por problemas de recursos que não acompanharam a expansão necessária do sistema. Nós temos que romper este círculo.

— Isto contribuiu para a formação de maus profissionais?

— Não, porque a qualidade do ensino universitário não caiu. Os profissionais brasileiros hoje têm qualidade igual ou melhor do que no passado. O problema é que o sistema é socialmente perverso porque discrimina. Apenas 50% das pessoas concluem o primeiro grau, mas quem conclui o faz com qualidade. Não há este sacrifício para a sociedade, do produto do sistema educacional. Inclui a montagem da pós-graduação e da pesquisa brasileira foi muito importante para o modelo de desenvolvimento que nós tínhamos. Um modelo fechado em que podíamos nos dar o luxo de cuidar apenas da formação de um segmento de alta qualidade, abandonando o resto, praticamente. Nós podíamos conviver naquela ocasião com um segmento de formação de pessoas muito sofisticado, junto com altas taxas de analfabetismo, baixo índice de escolarização da força de trabalho. Isto porque a vantagem que nós tínhamos, do ponto de vista econômico, era a mão-de-obra não-qualificada. Hoje isso não é mais possível.

— Esse sistema privilegia quem tem maior poder econômico?

— O sistema reproduz a injustiça social. A educação no Brasil não cumpre a função de ser um mecanismo de nivelamento e ascensão social. Por isso, temos que mudar, especialmente no ensino fundamental. Hoje, temos uma população de estudantes universitários que é a metade do que deveria ser, se compararmos com a estrutura dos demais países latino-americanos, sem falar dos Tigres Asiáticos, dos Estados Unidos, dos países europeus. O mesmo ocorre no ensino secundário. Isto acontece por causa da alta taxa de repetência. O estudante leva em média 11 anos para concluir o primeiro grau. A situação é muito pior no Nordeste e no Centro-Sul do país.

— O estudante que trabalha vai chegar à universidade?

— Eu acredito que a origem desse problema está no mau funcionamento do ensino fundamental. Por que nós temos a maioria do ensino de segundo grau noturno? Porque o aluno do primeiro grau está concluindo a 8ª série com 16 ou 17 anos de idade. Ele tem que trabalhar. Se concluísse com 13 ou 14 anos talvez pudesse continuar o estudo durante o dia, terminar o secundário de forma adequada e trabalhar só depois de receber o diploma. Eu estou de acordo que existem muitas coisas a melhorar dentro da escola e o governo, se contar com o apoio da sociedade, pode acelerar o processo de mudança. O Brasil não está precisando construir escolas. Passei a me preocupar com o salário do professor. Para isso, aprovamos a emenda constitucional que redistribui o dinheiro da educação para favorecer o salário do professor e o ensino fundamental.

— Só a melhoria salarial dos professores pode melhorar o ensino?

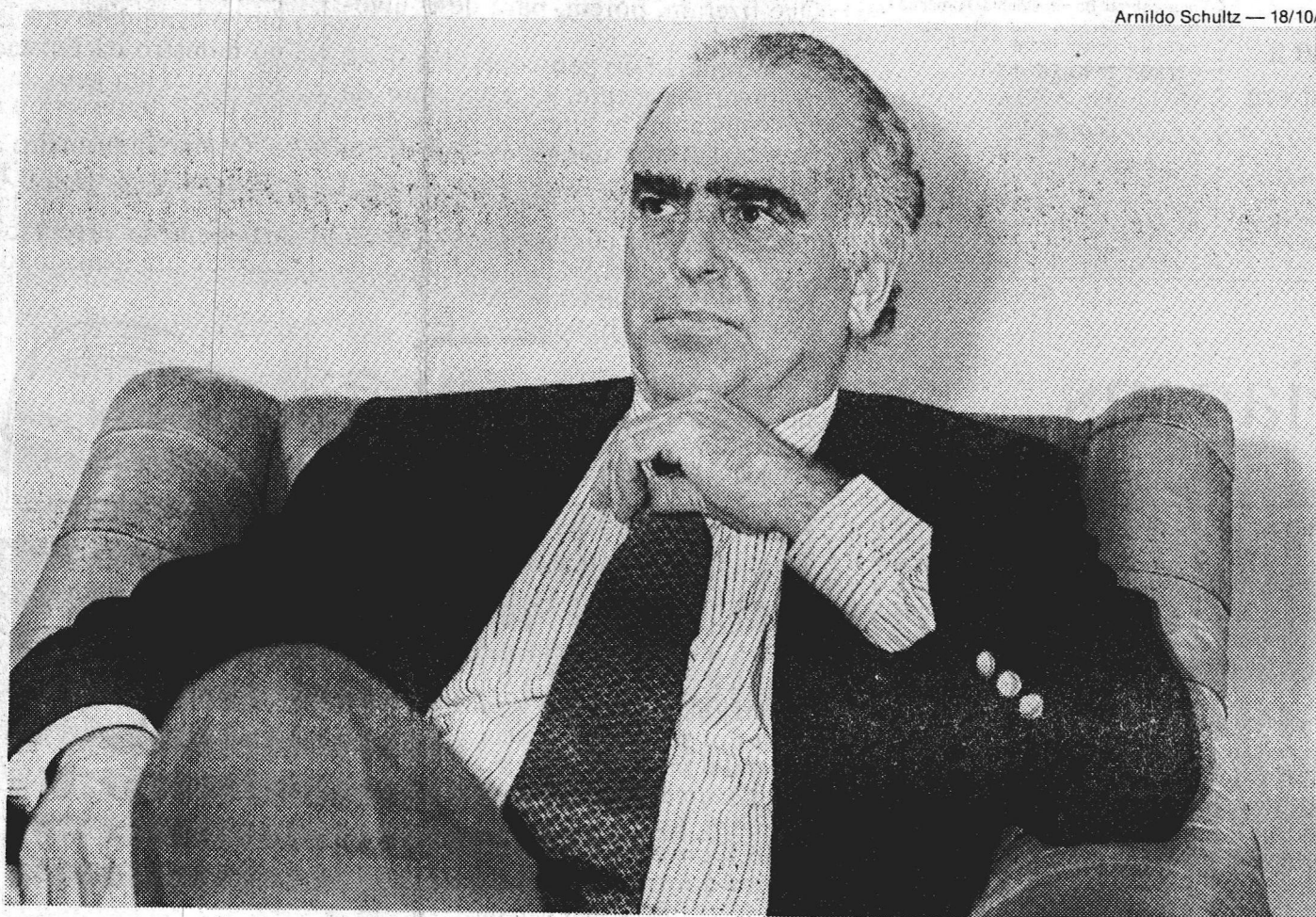
— Não é apenas o salário, mas também todas as outras medidas que vão acabar fazendo com que a escola tenha uma auto-estima maior. Se o professor tem o livro durante o ano letivo, as coisas podem funcionar melhor. Se o diretor da escola tem recursos, vai trabalhar melhor. Se há um conselho da escola, com os pais participando, a escola vai funcionar melhor. Acho também que, se houver avaliação, será um estímulo para que a escola melhore de qualidade. Da mesma forma, a avaliação para o segundo grau e do ensino superior

■ Há 30 anos, o governo brasileiro adotou uma política educacional que privilegiava as universidades em detrimento do ensino básico. Um dos contrastes que esse equívoco produziu foi a convivência de grupos restritos de pessoas de elevado nível intelectual com outros, muito mais numerosos, que apresentavam altas taxas de analfabetismo. A consequência dessa distorção reflete-se, hoje, na má qualidade do ensino registrada nas pesquisas do Ministério da Educação (MEC). Sob o comando do ministro Paulo Renato Sousa, que educou seus filhos em escolas dos Estados Unidos, o MEC tomou outro ru-

mo. “O sistema educacional reproduz a injustiça social. A educação no Brasil não cumpre a função de ser um mecanismo de nivelamento e ascensão social”, disse o ministro nesta entrevista ao JORNAL DO BRASIL. Na Esplanada dos Ministérios, o ministro tem a admiração de seus colegas por haver conseguido divulgar bem todas as medidas lançadas a favor do ensino brasileiro, nos dois últimos anos. No início deste ano letivo, Paulo Renato Sousa reconheceu que ainda há muito o que melhorar no ensino público e espera que, dentro de três anos, alguns dos problemas estejam resolvidos.

A sua meta, agora, é romper o círculo vicioso de professores e alunos desestimulados, consolidar os principais programas novos que lançou, como o repasse de recurso diretamente para as escolas, e investir cada vez mais na avaliação do ensino. Esta tarefa ele não pretende deixar pela metade. Paulo Renato foi um dos ministros mais ativos na articulação para a aprovação da emenda da reeleição e acredita que quatro anos no ministério é pouco tempo para implantar todas as reformas educacionais que planejou. “Estou disposto a permanecer no cargo por mais quatro anos”, afirma.

Arnildo Schultz — 18/10/94



mostra ao estudante que ele precisa se preparar para a vida. É também uma questão competitiva para ele, que tem que demonstrar capacidade.

— No ano passado, que foi o Ano da Educação para o governo, os problemas mais graves foram superados?

— Eu acredito que na educação nunca as coisas acontecem da noite para o dia. É claro que ainda há muita criança fora da escola, greve de professor, professor mal remunerado, porque também não depende só do governo federal. Depende muito dos estados e dos municípios. Em Alagoas, por exemplo, há meses os professores não recebem salário. Não é só o governo federal que tem responsabilidade nisso. O que nós fizemos foi chamar a atenção para a necessidade de cuidar da educação.

— Quais os reflexos imediatos das medidas adotadas no Ano da Educação?

— Eu acho que, de imediato, todos os estados e municípios são obrigados a aplicar 15% do orçamento na educação. Até janeiro de 1998 estará implantado o Fundo de Valorização do Magistério e do Ensino Fundamental que, além dos 15%, redistribui o dinheiro de acordo com o número de alunos. Há mudanças importantes na área do ensino secundário e no vestibular. Como a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases, que cria a possibilidade de um processo seletivo e não necessariamente de um exame vestibular. Esse processo seletivo deverá ser definido por cada universidade. Poderá ser adotado o exame nacional de segundo grau, também voluntário.

— A educação sempre teve uma boa fatia do orçamento, mas sempre houve críticas à má aplicação de recursos.

— Eu acho que havia má distribuição dos recursos. Faltavam recursos para os municípios do Nordeste investirem na melhoria da educação e sobravam recursos nos municípios de São Paulo, que foram usados para construir ginásios de esportes, pavimentar rua ou comprar merenda escolar, em vez de remunerar o professor. Houve claramente uma inversão de prioridades. Nós demos prioridades ao ensino superior. A educação vai mal porque o ensino fundamental vai mal.

— Como incentivar o professor a permanecer nas salas de aula?

— Esse é um problema generalizado no país. Faltam professores especialistas, principalmente nas matérias mais específicas, como biologia e matemática. Nós estamos aprovando uma nova forma de qualificação dos professores para formar profissionais. Hoje, para um engenheiro dar aula de matemática, precisa fazer um curso de pedagogia durante três anos, além dos cinco que ele já estudou. É um absurdo isso. Os resultados mostram que não é a habili-

tação específica que faz com que o aluno aprenda mais, e sim o nível de formação. Estamos propondo ao Conselho Nacional de Educação que os professores com nível superior possam diminuir a carga teórica e aumentar a parte prática da sua qualificação. Nós podemos ter um médico dando aula de biologia, por exemplo. Obviamente, dar aula não será a única função desse profissional.

— Quanto deve ganhar um professor?

— Depende da região. Um professor de São Paulo certamente deve ganhar mais que um professor do interior do Nordeste. O salário de um professor de São Paulo pode ser considerado baixo para os padrões de sua cidade, mas numa cidade do Nordeste ele seria uma das pessoas mais bem remuneradas. Então, é tudo muito relativo. Num país tão diverso como o Brasil não dá para fixar um piso nacional único para o professor.

— O aumento das mensalidades das escolas privadas está fazendo com que muitos pais ponham seus filhos na escola pública. Isso é bom?

— Acho ótimo. Isso vai fazer com que a escola pública melhore. Na medida em que os filhos da classe média entrem na escola pública, os pais vão se interessar pelo ensino. Nós temos exemplos que mostram claramente que muitas escolas públicas, com as estruturas de hoje, com salários de hoje, são boas se os pais participam da associação de pais e mestres.

— Diante das deficiências do ensino público, trocar a escola privada pela pública é uma perda para os alunos?

— Na média isso é verdade. Mas há muitas escolas públicas de boa qualidade. Eu acho que esse é um movimento saudável. Os pais podem estar tirando seus filhos da escola privada, não sei se é por um aumento das mensalidades ou se é por uma consciência cívica, o que não é frequente, mas existe. O MEC não entrará na questão das mensalidades escolares enquanto eu for ministro. Esse é um problema da área econômica. O espaço hoje é maior para esta negociação direta. Acho que é uma tendência salutar do governo não ser tão estrito na regulamentação.

— O senhor matricularia seus filhos na escola pública?

— Eu não sei. Depende da situação. Depende muito da situação.

— O senhor negocia a mensalidade escolar dos seus filhos?

— Meus filhos já estão formados. Eles estudaram nos Estados Unidos, onde as escolas são muito mais caras do que aqui.

— Mas o senhor não acha que os pais estão encurralados? Ou pagam uma mensalidade elevada para dar um ensino de qualidade

para seus filhos ou devem submetê-los às deficiências do ensino público?

— Nós vamos também criar programas de computador nas escolas públicas que vão acabar com estas diferenças. Há escolas públicas em São Paulo que têm computador porque a associação de pais e mestre comprou. Acho que existe muito espaço para participação dos pais na escola pública. O pai na escola privada tem que participar das reuniões da escola e ainda negociar a mensalidade escolar. Na pública, basta participar da vida da escola.

— O senhor está fazendo uma campanha para a escola pública?

— Estou. A classe média vai exigir mais da escola pública e, exigindo, ela vai melhorar ou vai haver mais cobrança.

— É preciso modificar o currículo escolar?

— Estamos trabalhando neste sentido. Enviamos ao Conselho Nacional de Educação, que deve aprovar até o mês que vem, mudanças no currículo da primeira a quarta série. Não é obrigatório seguir o currículo do MEC, mas é um parâmetro nacional que servirá como uma referência para que estados e municípios reorganizem seus cursos. Vamos fazer a mesma coisa no período de quinta a oitava série. Ainda este ano, vamos reorganizar o segundo grau, para ter mais opções para os alunos. Não queremos um segundo grau tão rígido e tão unificado como é hoje. Vamos definir temas formadores da cidadania que deverão estar presentes nas escolas como elementos das matérias tradicionais. Por exemplo: a questão da educação ambiental, da ética, da pluralidade cultural, da educação sexual, da educação para a saúde.

— Como o senhor vai enfrentar os protestos da Igreja para introduzir discussões, por exemplo, sobre o uso de preservativos nas aulas de educação sexual?

— Não é o papel da escola induzir nenhum comportamento em qualquer direção. Educar significa dar a pessoa a capacidade de julgar. Houve um mal-entendido em relação a educação sexual. Eu procurei o presidente da CNBB, Dom Lucas Moreira Neves, e conversei longamente sobre o assunto. A grande parte da polêmica está solucionada. Nós estamos propondo uma discussão, desde a escola fundamental, que torne a questão sexual mais natural, menos um tabu. O que se observa em outros países, e há estudos da Organização Mundial de Saúde sobre isso, é que quando se introduz a educação sexual na escola o comportamento sexual das crianças se torna mais natural. A introdução da educação sexual contribui para os mesmos valores que preocupam a Igreja, no sentido de que o sexo seja uma relação mais profunda do que simplesmente uma relação carnal. O uso do preservativo faz parte de programas mais específicos da área de saúde. Não é para tratar dentro da escola.

Pós-graduação
“Temos o melhor sistema de pós-graduação dos países em desenvolvimento”

Qualidade
“Em 1960, a escola pública era boa, mas só 60% das crianças estavam nela”

Professores
“Não estamos precisando de escolas. A prioridade é o salário dos professores”

Inversão
“Houve uma inversão que privilegiou o ensino superior e esqueceu o fundamental”

Melhoria
“A entrada dos filhos da classe média fará com que a escola pública melhore”

Currículo
“O novo currículo vai incluir no ensino temas formadores da cidadania”